

**A EXTENSÃO AGRÍCOLA PÚBLICA E O APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA AGRICULTURA FAMILIAR  
DO DISTRITO DE BOANE-MOÇAMBIQUE**

**THE AGRICULTURAL PUBLIC EXTENSION AND ITS  
DEVELOPMENT SUPPORT REGARDED TO SMALL FAMILIES  
AGRICULTURE RELATED TO THE DISTRICT OF BOANE IN  
MOZAMBIQUE**

**Boaventura Almeida Mubai**

Mestre em Geografia UEM – Maringá/PR  
b.m.mubai@gmail.com

**Maria das Graças de Lima**

Profa. Dr<sup>a</sup> Departamento de Geografia UEM – Maringá/PR  
mariagr.lima@uol.com.br

**Resumo**

Este artigo avalia o resultado das ações do Estado no apoio ao desenvolvimento da pequena agricultura familiar do Distrito de Boane - Moçambique, implementadas por meio dos Serviços Públicos de Extensão Agrícola. Em países menos desenvolvidos, onde famílias de agricultores formam a maior parte da população total, a Extensão Agrícola Pública tem-se constituído um principal meio de erradicação da pobreza no meio rural, uma vez que tendo a função de transferência de tecnologia agrícola, apóia os agricultores na resolução dos seus problemas, incorporando conhecimento agrícola de modo que estes se tornem mais ativos e autônomos. A pesquisa valeu-se da combinação de metodologias quantitativas e qualitativas, como a utilização de questionários semiestruturados em forma de entrevistas, observações in loco e conversas informais, envolvendo uma amostra de cento e dezoito pequenos produtores localizados no distrito de Boane. Os resultados apontam que os Serviços Públicos de Extensão Agrícola ainda não introduziram transformações que modificam as condições de produção presenciadas e destinadas a este segmento de produtores, sugerindo revisão e melhoria nas metodologias de extensão pública e sincronia do serviço de extensão com a política de crédito agrícola.

**Palavras-chave:** Geografia Agrária. Extensão Agrícola Pública. Agricultura Familiar. Boane/Moçambique.

**Abstract**

This article evaluates the State actions results to give support to the development of small families farms in the district of Boane-Mozambique, undertaken through Public Agricultural Extension Services. In some less developed countries, where there is the

---

majority farmer families total population, the Public Agricultural Extension has been a primary mean of eradicating poverty in these rural areas, since having the function of transferring the agricultural technology, it gives the farmers support trying to solve their problems by incorporating agricultural knowledge so that they become more active and independent. The research drew on the combination of quantitative and qualitative methodologies, using semi-structured questionnaires application in the form of interviews, in loco observations and informal conversations, involving a sample of one hundred and eighteen small producers located in the district of Boane. The results show that Public agricultural extension services has not already introduced transformations that could modify the production conditions witnessed and aimed to this producers segment, suggesting reviewing and improvements in the public extension services methodologies linking them with the agricultural policy credit.

**Keywords:** Agrarian Geography. Agriculture Public Extension. Farming Families. Boane/Mozambique.

### **Introdução**

As políticas públicas destinadas à organização e configuração do espaço agrário Moçambicano, implementadas logo no período pós-independência, em 1975, valorizaram desde o início a agricultura patronal em detrimento da pequena produção familiar, mesmo sendo notória a contribuição deste último segmento social tanto para a economia, quanto para a redução da pobreza no País. Segundo o Trabalho de Inquérito Agrícola - TIA<sup>1</sup> estima-se que, do total da área agrícola atualmente cultivada no País, 97% seja explorada pelo setor familiar<sup>2</sup>.

Contudo, as transformações socioeconômicas e políticas que ocorreram com a instauração de uma economia liberal<sup>3</sup> em 1983, deram subsídios para que o setor agrícola familiar ganhasse visibilidade e maior participação no contexto das políticas públicas para o espaço rural. A criação em 1987 dos Serviços Públicos de Extensão Agrícola<sup>4</sup> marcou o reconhecimento deste segmento social por parte do setor público. Desde então a extensão agrícola deste País é utilizada como um programa por meio do qual a assistência técnica e outras medidas da política agrária que buscam responder ao processo de produção agropecuária chegarão para este segmento de agricultores que utilizam a mão de obra familiar.

Muito embora, desde a sua gênese nos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX, a extensão agrícola sempre estivesse mais preocupada com aspectos relacionados à eficiência técnica e econômica dos processos de produção agropecuária, se pode notar que atualmente as organizações e/ou instituições envolvidas nessas práticas abrangem uma gama diversificada de atividades socialmente sancionadas e legítimas que buscam ampliar e melhorar a capacidade das pessoas que moram na área rural, estimulando-as a adotarem práticas mais adequadas e muitas vezes novas, ajustando-se às novas condições do processo de produção e necessidades sociais (SWANSON, 2006).

Em Moçambique atualmente tem havido diversos questionamentos sobre o papel da extensão agrícola do setor público, pois, quando se analisa o desenvolvimento da agricultura, se depara com problemas como baixos rendimentos dos principais cultivos do setor familiar. Segundo Notícias (2012), o recente relatório do Banco Mundial sustentado pelos estudos de “Jobs and Welfare in Mozambique, de Sam Jones e Finn Tarp”, da Universidade de Copenhague, compara, por exemplo, a grande diferença da produtividade da agricultura Moçambicana, com a dos países vizinhos, com características climáticas similares como a Zâmbia, que obtém duas toneladas de milho por hectare, enquanto que Moçambique obtém uma tonelada de milho por hectare.

A extensão pode ajudar os produtores a aumentar a produtividade da sua agricultura e, sobretudo gerar e fortalecer sua autonomia e capacidade de iniciativa, no entanto, as origens de uma mudança específica na produtividade são mais complexas e múltiplas do que é comumente apreciado. Aumentar a produtividade envolve a necessidade de mudanças estruturais (sociais, políticas, econômicas) e metodológicas; exige que os técnicos extensionistas sejam também educadores (GHIZELINI, 2007).

Portanto, o presente estudo se propõe a diagnosticar as ações do Estado implementadas por meio do Programa de Extensão Agrícola, no intuito de averiguar quais os problemas decorrentes da sua operacionalização junto aos pequenos agricultores familiares de Boane.

De acordo com Antholt (1998), em quase todos os países Africanos as práticas da extensão surgem entre as décadas de 1960 e 1970, por meio de modelos importados dos Estados Unidos, encetados principalmente nos sistemas de Treinamento e Visita (F&V)<sup>5</sup>, cujo sentido inicial de atividade educativa de extensão em África, deu lugar em muitos casos à intervenção levando os produtores a agir em concordância a política agrícola traçada para o País com a adoção de “métodos modernos de produção” ou para o fomento de determinada cultura subordinada a interesses comerciais de grandes empresas.

Isso levou a que nesse período as prioridades para o desenvolvimento rural em África e, sobretudo, o reconhecimento de que os agricultores tinham conhecimentos que também são válidos e, muitas vezes melhor adaptados ao seu contexto do que as tecnologias importadas de modelos sob lógica de produção e com disponibilidade de meios, fossem ignorados pelos modelos de extensão implementados (ANTHOLT, 1998). Como muito bem destaca Freire (1983), a invasão produtiva pela ação do extensionista à realidade do agricultor não se dá apenas pela via da instrumentalidade, mas também pela cultura e identidade.

De acordo com Eicher (2007), os poucos resultados dessa experiência insatisfatória das práticas de extensão baseadas na abordagem “de cima para baixo” (imposta), do fluxo de informações dos cientistas aos produtores rurais, inicialmente implementadas em África, levou a diversas Escolas de Pensamento a considerarem o que fazer com a extensão agrícola em África. O novo paradigma voltou-se para as metodologias da extensão que enfatizavam fluxos de informação de “baixo para cima”, princípios de educação de adultos e participação das partes interessadas.

Em Moçambique a abordagem do sistema de T&V na extensão pública foi introduzida em 1988, coincidindo com o estabelecimento do Programa Nacional de Extensão. No entanto, embora ligeiramente modificada<sup>6</sup> em 1992/1993, o crescimento da agricultura avança em baixo ritmo, obrigando a introdução de novas abordagens de extensão agrícola que mostram-se cada vez mais eficientes na massificação do uso das práticas melhoradas de produção (GEMO, 2009).

A metodologia da Escola na Machamba<sup>7</sup> de Camponês (EMC), o “Farmer Field School”, que atualmente modela os serviços da extensão do setor público no País, é uma das mais recentes práticas de extensão promovidas em vários países em desenvolvimento com o apoio da Organização das Nações Unidas, objetivando envolver os agricultores na aprendizagem e criação, por meio da experimentação e troca de conhecimentos entre eles e com os agentes de extensão e pesquisadores (GODTLAND, 2003).

Segundo a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), a abordagem da EMC é um processo baseado na educação de adultos. É muitas vezes descrita como uma “escola sem paredes”, que visa melhorar a capacidade de tomada de decisão das comunidades dos produtores e estimular inovações locais que sejam sustentáveis para a agricultura (MINAG, 2006). Seu pressuposto baseado na partilha dos conhecimentos entre os produtores treinados e os não treinados visa garantir uma rápida difusão de informação, aumentar a cobertura dos serviços prestados pela extensão agrícola e tornar a intervenção rentável e viável (FEDER, 2003).

Para Davis (2006) a abordagem da EMC é um processo e não um fim e se rege por um conjunto de princípios: (i) os camponeses é que escolhem o tema a ser estudado; (ii) os extensionistas são facilitadores e não professores; (iii) aprender fazendo e aprender a aprender são cruciais; (iv) os problemas levantados devem ser resolvidos e (v) a tomada de decisão deve ser parte do processo de aprendizagem.

No País, a EMC como uma abordagem de extensão para a difusão de práticas agrícolas, foi introduzida em 2001 no âmbito do Programa Nacional de Segurança Alimentar – PANII. No entanto, apesar do pressuposto da eficiência do método se basear na partilha dos conhecimentos entre os produtores e, no País ter uma grande aceitação, existem poucos estudos realizados para avaliar o alcance deste pressuposto. Para Davis (2006), apesar de ser popular, a maior parte da produção bibliográfica sobre a chamada nova ortodoxia – a abordagem das EMC encontra-se em “literatura cinzenta”, e trata de metodologia e estudos de caso, ou seja, são documentos efêmeros.

Com base nestas questões da EMC é que o presente artigo procurou estudar o acesso dos serviços públicos de extensão agrícola aos pequenos produtores familiares do Distrito de Boane. As principais questões que se colocam são: (i) se o serviço é abrangente a todos os pequenos produtores; (ii) se a sua abordagem está resultando em autonomia técnica e financeira dos pequenos produtores estimulados organizarem-se em associações, e; (iii) se existe diferença de renda entre os agricultores apoiados e/ou assistidos e os não assistidos.

### **Material e Métodos**

A natureza dos objetivos estabelecidos requereu a aplicação de métodos qualitativos em combinação com métodos quantitativos de investigação. Os dois métodos são aqui usados concomitantemente, com a intenção de complementaridade entre eles. Esta forma de trabalhar a pesquisa, Rea & Parker (2001), designada por "Triangulação simultânea", ressalta que na fase de coleta dos dados a interação entre os dois métodos é reduzida, mas na fase de conclusão da pesquisa se complementam.

A combinação de métodos quantitativos e qualitativos é bastante importante na medida em que proporciona uma base contextual mais rica para interpretação e confirmação dos resultados e reduz a adoção exclusiva de um desses grupos, evitando desse modo o empobrecimento da visão do pesquisador quanto ao contexto em que ocorrem os fenômenos (REA & PARKER, 2001; MARANGONI, 2005).

Para a compreensão da efetividade das ações de extensão agrícola no Distrito de Boane, elegeu-se a unidade de produção agrícola e o próprio agricultor como objetos de observação e análise do impacto destas ações. O método aplicado para esta análise baseou-se em passos progressivos, partindo do geral para o particular. Iniciou-se a leitura dos assuntos de extensão, pelos níveis mais gerais como mundo, País, Região e Província, concluindo nos níveis mais específicos como Distrito, Município, Vila, Bairro e Unidade de Produção Agrícola.

Segundo Almeida (1989), este método de pesquisa, permite construir progressivamente uma síntese mais aprofundada da realidade em observação que permite uma visão global sem perder os aspectos importantes que condicionam o desenvolvimento rural.

Assim, os dados utilizados são essencialmente primários coletados diretamente da categoria escolhida para a pesquisa (pequeno produtor familiar), a partir da aplicação de questionários semi-estruturados em forma de entrevistas. As entrevistas foram realizadas em três bairros considerados representativos por possuírem maior número de agricultores do Distrito de Boane, dos quais dois compreendem a áreas com acesso a irrigação (Massaca I e II, e a cooperativa 25 de Setembro) e, o restante de sequeiro ( Bairro Popoco). O universo de investigação correspondeu a uma amostragem por conglomerado, compreendendo a cento e dezoito produtores selecionados ao acaso.

Com as entrevistas se pretendeu levantar uma gama variada de questões ligadas ao desenvolvimento agrícola do Distrito, propiciando a coleta de dados e informações heterogêneas e diversificadas das ações de extensão, além de mais aprofundadas. Os principais dados levantados consideraram: Verificação da abrangência dos serviços de extensão agrícola pública na pequena produção; verificação dos tipos de incentivos e o índice de acesso ao crédito agrícola; avaliação da satisfação do produtor em relação às intervenções da extensão agrícola pública; verificação das perspectivas dos produtores face às promessas do serviço de extensão e/ou governamental.

Os resultados dos questionários foram posteriormente tabulados e processados no *software* Sphinx Léxica – V5, que permitiu melhor visualização e interpretação dos dados em decorrência de sua sistematização, pois foram, em sua maior parte, representados em forma de tabelas. Através desse programa, para além da análise quantitativa, o exame da compreensão subjetiva do sentido que os produtores dão as suas atividades face às intervenções da extensão requereu, além da observação do comportamento e interpretação dos significados, a análise da sua fala e ação – elementos essenciais na análise qualitativa.

Cabe salientar que, durante todo processo de pesquisa no campo, recorreu-se a um auxiliar de pesquisa-tradutor para facilitar o processo de coleta de dados, em decorrência da

questão linguística, principalmente na aplicação do questionário, pois a maior parte da população que pratica a atividade agrícola em Moçambique comunica-se em dialeto local, apesar de a língua oficial ser a portuguesa. Por considerar a influência do auxiliar de pesquisa-tradutor, via de regra, uma extensionista, a tradução foi atentamente acompanhada pelo pesquisador de modo que se evitasse distorções nas respostas.

### **Resultados e Discussão**

A amostragem determinada para a pesquisa foi de 118 produtores, dos quais 74,5% são do sexo feminino e, 25,5% do sexo masculino, indicando que o desenvolvimento da agricultura no Distrito de Boane é de inteira responsabilidade da mulher<sup>8</sup>. Cerca de 72% do total dos agricultores possuem idade superior a 50 anos, mostrando evidentemente que tais mulheres responsáveis pelo desenvolvimento agrícola no Distrito de Boane indicam envelhecimento<sup>9</sup>; e ainda herdeiras de uma outra forma de produção, com base na organização comunitária/tribal, sem objetivar o mercado econômico, o que segundo sustenta Boughton (2006), pode evidentemente aumentar a resistência à introdução de novas práticas agrícolas, agudizando a ineficiência sobre a própria atividade agrícola. Quanto à escolaridade, observou-se que 64% do total de entrevistados não tem instrução alguma; 27% tem instruções em nível primário e secundários; enquanto que 9% tem outros níveis de instrução não indicados.

A estrutura familiar dos entrevistados é variável, sendo nítido o predomínio de famílias bastante amplas, verificando-se que numa mesma casa coabitam entre 6 e 8 pessoas (52%). Apesar disso, a maioria dos agricultores, correspondente a 54%, não usam mão-de-obra familiar, por que parte expressiva das explorações agrícolas é de subsistência, o que justifica seus membros optarem pelo trabalho assalariado nas Vilas e Sedes dos Distritos, auxiliando as despesas da família. A maioria dos produtores (53%) se instalou e desenvolve as atividades agrícolas na área de estudo a mais de trinta anos, muito antes da criação do Serviço de Extensão Pública no País. Quase a totalidade dos entrevistados



(89,3%) usufrui da terra na condição de proprietários, cujas formas de aquisição desta são para além da atribuição do Direito do Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) correspondente a 17%, na base de leis costumeiras: Transferência da terra de pais para os filhos a partir da herança (36%), seguida da cedência (22%) pelos líderes comunitários e da do total da amostragem. Outras formas de acesso a terra como dote, compra, usufruto, antiga cooperativa, embora ainda presentes, se mostraram menos expressivos.

Ao se apurar o grau de abrangência das ações dos serviços Públicos de Extensão Agrícola, constatou-se que, embora o diferencial do percentual dos agricultores atingidos e dos que não são atingidos pelos programas de extensão não seja elevado, tendo em conta a condição da pobreza da maioria dos agricultores, mais da metade (56%) dos agricultores afirmaram receber algum tipo de apoio à produção, vindo do governo, conforme se apresenta na tabela 1.

**Tabela 1:** Grau de abrangência do Programa de Extensão Agrícola

Abrangência	Resposta	(%)
Sim	66	56%
Não	52	44%
Total	118	100%

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2013.

Contudo, contrapondo este resultado com a quantidade de anos que os agricultores trabalham nas suas propriedades e o ano de institucionalização do Serviço de Extensão Pública no País como no Distrito, 1987, conclui-se que a sua abrangência é ainda bastante deficiente, ao atender somente 56% dos pequenos produtores.

Os tipos de incentivos à produção que os produtores afirmaram receber dos serviços públicos de extensão agrícola, se encontram descritos na tabela 2.

**Tabela 2:** Tipos de apoio à produção da Extensão Agrícola, recebido pelos produtores

Tipos de incentivos	Respostas	(%)
Participação na EMC _ técnicas de cultivos	44	67%
Sementes/sementes melhoradas	29	44%
Formação - produção de culturas específicas	13	20%
Produção agrícola e animal	11	17%
Formação - Produção agrícola e animal	5	8%
Tração animal	3	5%
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>161%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2013.

Como observado na tabela 2, apenas 5% afirmaram ter recebido apoio para adquirir tração animal; cerca de 17% receberam apoio para a produção vegetal e animal; uma parcela de 8% e 20% receberam formação em produção agrícola/animal e na produção de culturas específicas; e 67% participam da EMC. Em se tratando das sementes, 44% afirmaram ter recebido apenas a rama de batata-doce de polpa alaranjada e, segundo eles, a batata-doce não constitui seu cultivo prioritário. Apesar de grande parte do apoio à produção apresentados na tabela 2 não atingirem a maioria dos pequenos agricultores, avalia-se que a maior parte deles se relaciona com a extensão, pois 67% dos agricultores participam das atividades desenvolvidas nas EMC.

Dentre as atividades realizadas na EMC, está a troca de experiência em técnicas de cultivos, como demonstração e consolidação da separação das covas entre um cultivo e outro, densidade da semente por cova, métodos de uso de produtos fitossanitários para o combate a pragas e doenças nas culturas de sua machamba (MINAG, 2006).

Poderia se incluir ainda como apoio outros incentivos: a intervenção na colheita e transporte da produção, visitas individuais, construção de silos, venda de insumos a preços subsidiados, enxadas e outros, que também constituem importantes fatores de apoio ao processo de produção agrícola. No entanto, nenhum agricultor assinalou já ter recebido este tipo de apoio.

Os extensionistas do SDAE tem estimulado os agricultores que ainda não o fizeram a se organizarem em associações ou comitês, além de ajudá-los a melhorar o estatuto jurídico dessas organizações orientando-os a definir o potencial e os meios de materialização e desenvolvimento das associações já existentes. Quanto a estes tipos de organização social, os dados revelaram que parece existir uma grande motivação pois, mais da metade, 66% dos entrevistados afirmaram estar integrados em algum tipo de organização, sendo que 29,9% o fizeram com apoio dos líderes comunitários, 34,3% foi através da iniciativa própria, 35,8% foi com ajuda dos extensionistas governamentais.

Vale acrescentar que, apesar de ainda não possuírem o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), segundo os dados oferecidos pelo SDAE (2012), o Distrito conta atualmente com cerca de 30 organizações locais compostas em forma de associações e/ou cooperativas agrícolas que trabalham uma área total de 1.878,5 hectares.

Contudo, entende-se que mais do que facilitar as intervenções das políticas públicas no apoio ao processo de produção, a integração dos produtores em organizações sociais permite entre inúmeras vantagens a aquisição e a utilização de bens que não poderiam ser adquiridos individualmente (VALÁ, 2002). No entanto, a partir do que se levantou junto aos agricultores pesquisados, ainda não existe neles uma verdadeira consciência cooperativista e/ou associativista que se traduza na promoção econômica e no desenvolvimento social do grupo. As atividades realizadas na terra: preparo do solo, aquisição de insumos, transporte e comercialização dos produtos, são ainda de caráter individualista. Neste aspecto, entende-se que o ganho do trabalho do extensionista não deve se vislumbrar pela quantidade dos agricultores já sensibilizados, mas sim por um trabalho de orientação e motivação, de forma a se aproveitar integralmente o interesse associativista e/ou cooperativista demonstrado pelos produtores.

A pesquisa buscou também informações sobre agricultores que recorrem ao crédito agrícola e/ou rural para financiar parte ou toda a produção. O que se constatou é que somente 3% do universo dos agricultores estudados no Distrito, afirmou se beneficiar do

crédito agrícola do Fundo de Desenvolvimento do Distrito (FDD) conforme se apresenta na tabela 3.

**Tabela 3:** Agricultores que utilizam o crédito agrícola

Acesso ao crédito agrícola	Respostas	(%)
Sim	4	3%
Não	114	97%
Total	118	100%

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2013.

Com este resultado, entende-se que os programas do Fundo de Fomento Agrícola (FFA) e o FDD, que são governamentais, deveriam resolver os baixos investimentos financeiros, que é o grande problema da maioria dos produtores para responder ao processo de produção, além de não ficar evidente o grupo a ser atendido; e por outro lado, a política econômica pública do País e do Distrito não privilegia o pequeno produtor em função das poucas garantias oferecidas e da baixa rentabilidade de suas lavouras. Para o pedido de crédito, as instituições de microcrédito no País, para além de serem insustentáveis devido aos juros altíssimos, exigem que os produtores façam a declaração de bens materiais como garantia caso não consigam liquidar o empréstimo, ou então que sejam funcionários públicos. E como anteriormente mostrou-se o perfil socioeconômico destes produtores para além de serem paupérrimos, muitos deles nunca exerceram outra atividade.

E lhes restaria, então, a terra como a única garantia, mas, para além de muitos deles não possuírem segurança de posse de terra como um Direito de Uso e Aproveitamento, a terra em Moçambique, conforme a constituição da república é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou por qualquer forma alienada, nem arrendada, hipotecada ou penhorada. Frente a esta realidade, a questão que se coloca, mas que ainda não se respondeu é se a apropriação da terra por parte do Estado não explica os baixos investimentos agropecuários por parte dos produtores no País?

Em se tratando ainda do empréstimo bancário como um dos recursos para o financiamento agrícola, um dos pequenos agricultores afirmou já ter usado o crédito do FDD, revelando que antes deste Fundo recorreu ao Banco do Governo para o pedido de financiamento agrícola e relatou o seguinte:

“...Quando você vai ao banco pedir crédito e eles te dão, passado um mês, eles exigem que você comece a pagar e caso não consiga, nos dão multas, mas para nós a agricultura não permite isso. Veja só que na cultura de milho, por exemplo, começamos 60 dias antes da semeadura a fazer a primeira lavoura e a primeira gradagem. Depois fazemos a segunda lavoura e a segunda gradagem, só depois disso é que podemos semear, mas depois é preciso esperar pelo menos 120 dias do ciclo vegetativo da cultura e só depois pode fazer a colheita. O correto processo de reembolso do crédito dado àquela cultura deveria iniciar-se seis meses depois, porque só nessa altura é que o agricultor tem algum dinheiro” (ENTREVISTA 62, 2013).

Com isso, entende-se que, a lógica de que o Programa de Extensão Agrícola visa transformar a agricultura de subsistência numa agricultura cada vez mais orientada para o mercado, contrapõem-se com a falta da harmonização e sincronização das próprias políticas agrárias que repetidamente focalizam o pequeno agricultor como seu grupo alvo. O que ocorre muitas vezes é que o agricultor tem terra, mas não tem sementes; e quando possui estas duas; terra e sementes, não possui crédito para o preparo da terra até a colheita e escoamento do produto para o mercado consumidor.

É importante ressaltar que, conforme muito bem sustenta Mosca (2006), a preponderância de linhas de créditos agrícolas no País, desde o período pós-independência, sempre estimulou a consolidação preferencial dos estabelecimentos médios e, especialmente grandes, mesmo que o pequeno agricultor seja repetidamente citado como o potencial produtor no País.

Em se tratando das respostas dos produtores quando perguntados sobre as intervenções dos Serviços de Extensão Agrícola Pública em sua produção e se aumentaram ou não, avaliam que a extensão ainda não promove as mudanças desejadas por eles, pois,

apenas 32% do total dos 56% dos agricultores que anteriormente afirmaram se relacionar com a extensão acredita que o apoio recebido em particular através da EMC, trouxe algum incremento nos seus rendimentos agrícolas, conforme os dados apresentados na tabela 4.

**Tabela 4:** Agricultores que aumentaram a sua produção com o apoio da extensão

Aumento da produção	Respostas	(%)
Sim	21	18%
Não	45	38%
Não recebe	52	44%
Total	118	100%

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2013.

Quando perguntados sobre a comercialização da produção, apesar de a atividade agrícola no Distrito ser desenvolvida em parcelas muito pequenas e, sobretudo mais orientada para a subsistência familiar, 100% dos agricultores pesquisados afirmaram que mesmo antes de começarem a receber o apoio de extensão, a tendência foi sempre de vender parte da produção para suprir outras necessidades, notadamente, o uniforme escolar dos filhos, a saúde da família, a manutenção de suas casas, entre outras ações. Do total desses produtores, cerca de 54% comercializam sua produção em pequenas escalas: para os vizinhos (venda caseira); 26% comercializa na sede do Distrito (nos mercados e nas barracas montadas nas beiras das estradas), 15% comercializam a partir da unidade de produção; e apenas 5% comercializa na cidade de Maputo.

Para muitos produtores a venda caseira (pequena escala), que por sinal se mostrou bastante expressiva (54%), constitui a única alternativa, já que estes não têm condições de transportar a produção em grandes quantidades para os mercados mais distantes; e por outro lado, não tem espaço para se integrarem a esses mercados. Como consequência acabam vendendo a sua produção para comerciantes ambulantes a preços por eles impostos, e também porque sabem que perderão a produção por falta de condições de conservação e armazenamento, tal como sugere a seguinte declaração:

(...) Quando os maguevas que vendem nos mercados da cidade de Maputo chegam aqui querendo comprar nossos produtos, eles marcam o seu preço e nós, não tendo nada para cozinhar para os nossos filhos, comprar uniforme da escola e pagar hospital, entregamos os produtos a qualquer preço (ENTREVISTA 11, 2013).

Outro agricultor declarou o seguinte:

(...) Nós camponeses deste Distrito estamos a sofrer, as vezes produzimos muita comida, mas nem o Estado, nem os comerciantes participam na comercialização da produção, assim os vendemos localmente, ou então quando conseguimos levamos para vender na cidade de Maputo (ENTREVISTA 98, 2013).

Este resultado mostra que, apesar do Programa do Governo apresentar a expansão da rede comercial como uma das prioridades e este componente encontrar-se ainda presente na Política Agrária Governamental e em outros instrumentos normativos, tal expansão é ainda bastante lenta, dada a falta de uma política clara de fixação e regulamentação dos preços dos produtos do setor familiar, bem como a falta de mecanismos ou circuitos formais de apoio à comercialização.

Por outro lado, baseado na caracterização do Distrito e nos seus estabelecimentos agrícolas, pode se inferir que a tentativa dos Serviços de Extensão em consolidar um setor de pequenos agricultores orientados para o mercado, na área do estudo se defronta com os seguintes impedimentos: o padrão da agricultura é basicamente de subsistência, e os excedentes de produção destinados ao mercado são insignificantes; e as condições precárias das estradas que torna o acesso às pequenas propriedades extremamente difícil.

Com relação à estimativa da renda proveniente da atividade agrícola, entre os produtores que recebem e os que não recebem o apoio da Extensão Agrícola Pública, cabe antes ressaltar que, em Moçambique, a renda proveniente da propriedade do agricultor, é predominante nos rendimentos familiares no meio rural, sendo a renda fora da propriedade

apenas de cerca de 20%, mesmo entre as famílias que têm rendimentos per capita altos, proveniente da venda de cultivos rentáveis (TIA, 2010).

**Tabela 5:** Estimativa da renda dos agricultores que recebem e dos que não recebem apoio da extensão

Recebe apoio da extensão	Renda agrícola (Meticais)	Respostas	Não informou a renda
Recebe (56%)	75.106,00	51 (61%)	15 (44%)
Não recebe (44%)	49.389,00	33 (39%)	19 (56%)
<b>Total</b>	<b>124.495,00</b>	<b>84 (100%)</b>	<b>34 (100%)</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2013.

Embora um número expressivo das respostas, tanto dos que recebem apoio da extensão (15), quanto dos que não recebem (19) afirmaram também não saber estimar a sua renda, porque qualquer oportunidade de venda da sua produção o valor é imediatamente convertido em outras necessidades da família, que não podem ser adquiridos na propriedade. O que se verificou de acordo com os resultados apresentados na tabela 5, é que a renda total estimada dos agricultores que recebem apoio de extensão é de 75.106 Meticais (moeda africana) e a dos que não recebem apoio é de 49.389 Meticais.

Considerando que o número dos agricultores que recebem apoio da Extensão e que estimaram sua renda é maior em relação ao dos que não recebem e que também estimaram a sua renda, pode se inferir que não existem diferenças significativas entre os valores das rendas estimadas, o que de certa forma nos induz a concluir que, o apoio da extensão agrícola pública ainda não se traduz em efeito relevante na geração da renda dos pequenos produtores.

Contraopondo-se este resultado ao dos agricultores apoiados pela extensão (56%), pode se concluir que existe o reconhecimento por parte dos agricultores de que os extensionistas têm exercido algumas atividades, como a troca de experiência entre os produtores de diferentes Distritos por meio da metodologia da EMC, a provisão de sementes e outros insumos, que os tem auxiliado. Contudo, não houve nenhuma evidência de que a extensão esteja introduzindo mudanças significativas na produção dos agregados familiares.



Ainda sobre esta constatação, Sitõe (2010), estudando a produção de hortaliças no vale de Infulene em Maputo, e Boughton (2006) usando dados do TIA (2010) para fazer a regressão multivariada transversal da renda de culturas sobre muitas das variáveis de agregados familiares, também concluíram que o impacto da Extensão Agrícola Pública em Moçambique, era limitado devido à ineficácia das ações da extensão, e a falta de tecnologias adaptadas ao local específico e/ou problemas com os agregados familiares e o acesso às tecnologias existentes.

O que se percebe de acordo com estes resultados e que também é consistente com a contribuição de Amilai (2010), é que a extensão no Distrito, por um lado, é entendida como uma ação educativa junto aos agricultores com vistas a alavancar a sua produção e; por outro lado, na prática, essas ações perdem força, à medida que não correspondem aos interesses vitais dos agricultores, que vê os objetivos da extensão não confluir com os seus.

Esta perda de força pode ser explicada de diversas formas, a começar pelos próprios recursos humanos da extensão e suas habilidades que se mostram importantes para levar conhecimento técnico a um grupo heterogêneo de agricultores familiares e que tal, não deve ser estendido somente pela via da instrumentalidade, mas também pela cultura e identidade, como destaca Freire (1983). Nota-se que o Departamento de Extensão Agrícola no Distrito possui um baixíssimo número de extensionistas (8), tendo em conta a extensão da área agrícola e a demanda dos pequenos produtores. Isso resulta em que, embora muitos destes produtores tenham afirmado manter contato com os extensionistas na EMC, estes por sua vez, não tem condições de visitar todos os produtores sob sua área de trabalho para ver se, na prática, estão implementando o que é ensinado na EMC, tal como sugere a seguinte declaração:

Apenas tenho visto quando aparece na propriedade da associação para demonstrações de como semearmos, mas na minha Machamba nunca veio (ENTREVISTA 35, 2013).

Os dados sobre a formação profissional disponibilizados pelo SDAE demonstraram que esses profissionais não tem formação nas áreas de extensão e nem no grau de formação, dado que, do total dos oito (8) extensionistas do Distrito, apenas o supervisor possui o nível superior, sendo que o restante possui entre os níveis básicos e médio. Entende-se que este perfil dos extensionistas constitui uma grande barreira não só no seu relacionamento com os agricultores, mas também no retorno das informações destes e de diversos outros problemas para as Instituições de Pesquisa Agropecuária e Centros Educacionais.

As dificuldades que o Serviço Público de Extensão Agrícola do Distrito de Boane enfrenta, assemelham-se a aquelas levantadas por Thornton (2006) quando da análise da extensão rural do Mercosul, nos anos 90 em que expôs que os baixos salários impede a formação e a atualização dos funcionários, assim como a reposição da equipe, investimentos em materiais técnicos e meios de transporte para realizar o trabalho de extensão.

Ao serem perguntados sobre as dificuldades que enfrentam para realizar o trabalho no dia-a-dia, os extensionistas foram unânimes em afirmar que trabalham entre “dois fogos” cruzados. Morando em habitações muitas vezes com poucas condições, em alguns casos tendo apenas bicicletas como transporte, sem instrumentos de trabalho e com pouca perspectiva para a melhoria de sua posição em termos de carreira, incentivos de desempenho, capacitações periódicas, manejo da produção, conservação dos solos, agroprocessamento, dentre outros problemas, pouco pode fazer o extensionista frente às condições de trabalho que se apresenta.

A efetividade dos agricultores nas atividades da EMC só não se realiza, estando em torno de 67% dos agricultores perguntados, por que segundo estes extensionistas esbarra-se na falta ou na chegada tardia dos insumos agrícolas para demonstrações de técnicas de cultivos, comprometendo assim o calendário dos cultivos.

Sobre a avaliação que fazem do Programa de Extensão Agrícola Pública oferecido pelo SDAE, ficou notória a insatisfação, pois um número expressivo dos agricultores perguntados, cerca de 55,6%, afirmam que a extensão não responde às necessidades do agricultor; 34,8% acreditam que deve sofrer modificações para poder funcionar

adequadamente; cerca de 9,4% não tem opinião formada e nenhum dos questionados afirmou que o programa responde plenamente às suas necessidades, como se apresenta na tabela 6.

**Tabela 6:** Opinião do produtor sobre a efetividade do Programa de Extensão Agrícola Pública

Programa de Extensão	Respostas	(%)
Não responde	37	56%
Precisa sofrer modificações	23	35%
Não tem opinião formada	6	9%
Responde plenamente	0	0%
Total	66	100%

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2013.

Fato curioso nesta composição das respostas, é que apesar de a maior parte dos questionados avaliarem o Programa de Extensão Agrícola, como sendo aquele que não responde plenamente as suas necessidades, 100% dos que afirmaram se relacionar com a extensão foram unânimes, ao afirmarem que não seria possível sobreviver sem o seu apoio, pois, ainda não possuem condições de pagar pela extensão privada.

Com este percentual de resposta, percebe-se que estes agricultores, acreditam que a provisão da extensão agrícola pode ajudá-los a melhorar a produtividade das suas terras e, com isso, gerar a renda necessária para a sua sobrevivência. Mas para isso, é necessário que o apoio da extensão não se limite somente às ações da EMC, mas sim que se estenda a melhoria no acesso a outros bens públicos, como o crédito agrícola, os investimentos em infraestruturas, acesso aos mercados e apoio na comercialização, fixação e informações dos preços de mercados, além de outras políticas que respondam às necessidades do agricultor.

O que se deve entender é que o apoio em termos de troca de experiências na EMC e/ou modelo de T&V, não pode por si só, constituir-se uma solução para os complexos problemas da agricultura no Distrito de Boane. Por outro lado, é urgente a melhoria das condições de formação e qualificação dos extensionistas do SDAE, favorecendo seu

contato com os agricultores, levando-os a compreendê-los como sujeitos interativos e não apenas como objetos, que devem ser orientados e devem executar o que for determinado, como destaca Freire (1983).

Diante desses aspectos já levantados, considerou-se importante saber sobre as perspectivas futuras como produtor, bem como o estímulo para seus filhos o serem também, face às propostas governamentais e/ou dos Serviços de Extensão Pública. Percebeu-se que parte expressiva destes agricultores, constitui parte da parcela da população moçambicana que sequer têm perspectivas para seu futuro, e projetam praticar suas atividades agrícolas do jeito que é hoje. Do total dos 118 agricultores perguntados, apenas 14,8% pensa em expandir a área do cultivo, e 7,5% tem o desejo de diversificar cada vez mais a produção, buscando melhorar a renda e a qualidade de vida, conforme se apresenta na tabela 7.

**Tabela 7:** Perspectivas futuras dos agricultores do Distrito de Boane

Planejamento	Respostas	(%)
Não sabe o que fazer	39	33,1%
Manter as suas atividades	53	44,6%
Expandir a área do cultivo	17	7,8%
Diversificar a produção	9	14,5%
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2013.

Apoiando-se nas afirmações de Amilai (2010), acredita-se que esta constatação de que a maioria desses agricultores não esperam um futuro promissor para com as suas atividades, pode estar aliado não somente ao fato de a maioria deles estarem envelhecendo (mais de 50 anos), com baixos níveis de escolaridade, mas também pelo fato de possuírem sérias dificuldades para acessar os incentivos e serviços disponibilizados pelo Estado, como crédito agrícola e/ou Serviços de Extensão Agrícola e, além disso, estarem fora da economia de mercado.

Por isso são unânimes em afirmar que incentivam seus filhos a estudar e buscar outras alternativas de trabalho que não seja a vida no campo. Tal posicionamento já havia anteriormente sido evidenciado quando se mostrou que apesar destes produtores constituírem grandes famílias, a maior parte desses membros relega essa atividade a segundo plano.

Este fato afirma a necessidade de novas estratégias de desenvolvimento rural, que levem em conta a concepção de políticas que permitam o fortalecimento da agricultura familiar, como meio de assegurar a permanência no campo das novas gerações e, por conseguinte, a continuidade do processo, via participação dos jovens, nas atividades agropecuárias.

### **Conclusões**

A pesquisa apontou que o Programa de Extensão Agrícola pública, que atua no Distrito há mais de duas décadas, se constitui um grande instrumento político-institucional capaz de trazer efeitos positivos ao desenvolvimento agropecuário dos pequenos produtores. No entanto, sua abrangência e os estímulos econômicos oferecidos a esta categoria de produtores se figuram bastante ineficientes. A ausência de diferenças significativas da renda agrícola entre os produtores assistidos e os não assistidos, pode sugerir que o caráter técnico metodológico da extensão, baseada nas abordagens da EMC, necessite ser melhorado.

O interesse associativista e/ou cooperativista demonstrado pelos produtores poderia ser aproveitado para a efetivação da autonomia técnica e financeira dos produtores e diminuir os custos pela presença permanente dos técnicos nas propriedades, mas, as práticas extensionistas portam um caráter menos didático, ao mesmo tempo em que as políticas voltadas ao setor agrícola e o Programa de Extensão não se encontram adequados para que as ações fluam.

De maneira geral, os problemas de ordem institucional concernentes à insuficiência e baixa qualificação acadêmica dos extensionistas, falta de meios de transportes para o

trabalho de campo, falta de incentivos aos técnicos em termos de carreira, concorrem para que na prática os objetivos deste serviço não correspondam adequadamente aos interesses vitais dos agricultores, muito embora ainda seja da ordem de 67% a efetiva participação dos agricultores na EMC.

Pode-se constatar um hiato entre o programa de extensão e o atendimento ao produtor em termos de incentivos necessários para responderem ao processo de produção, fato que realça a insatisfação destes pelo serviço. O impasse socioeconômico que enfrentam, coloca-os numa situação em que mal produzem para a própria subsistência e, muito menos podem vislumbrar um horizonte melhor para a solução dos seus problemas. A situação exige uma atenção especial do Governo, haja vista que ele responde pela organização da estrutura fundiária, e devem ser considerados prioritários na ação dos programas e projetos de apoio ao desenvolvimento agrícola, a perspectiva de redução da pobreza, a baixa nutrição, e a ampliação das suas oportunidades e capacidades.

Os problemas e restrições enfrentados pelos agricultores de Boane são complexos e necessitam de um tratamento mais amplo do que a simples participação nas atividades da EMC, considerando-se necessário que o Programa de Extensão agrícola Público avance na sua política, e ajuste o foco nas reais necessidades do pequeno produtor familiar em suas várias dimensões, como nas estratégias coletivas das famílias, no fomento às suas pequenas atividades econômicas e produtivas, incentivos à produção de alimentos, incorporação das atividades rurais não agrícolas, e financiamento de empreendimentos que fortaleçam a unidade básica de produção do agricultor e sua família.

## **Notas**

---

<sup>1</sup> O TIA é uma atividade realizada pelo Ministério da Agricultura de Moçambique e que visa o levantamento de informação sobre a produção agrícola, como: número e tipo de explorações, tipo e volume de produção, destinos da produção, dentre outros.

<sup>2</sup> De acordo com a Política Agrária, a expressão setor familiar ou pequeno produtor é abrangente, descreve uma situação heterogênea, incluindo vários sistemas de produção organizados em bases culturais diferentes, de pequena e média exploração, que utilizam ou não recursos familiares, mão-de-obra contratada e outros

**A extensão agrícola pública e o apoio ao desenvolvimento da pequena agricultura familiar do distrito de Boane-Moçambique**

**Boaventura Almeida Mubai  
Maria das Graças de Lima**

recursos adicionais para manter ou aumentar a produção, conforme as necessidades internas da família e as oportunidades comerciais que se apresentam (PAEI, 1995).

<sup>3</sup> Logo no período pós-independência nacional, em 1975, o Governo optou por uma política de desenvolvimento assentada na economia centralizada, baseada numa planificação também centralizada que por não ter solucionado os problemas econômico-sociais que existiam no País, que foram se avolumando, viu-se envolvido com os Programas e/ou financiamento da *Bretton Woods (FMI e BM)* e liberalizou a economia em 1985.

<sup>4</sup> Neste artigo o termo “extensão agrícola” refere-se a um tipo de atividade. Neste caso caracteriza-se como um serviço público, conduzido por órgão distrital e destina-se a resolver os problemas de desenvolvimento agrícola em uma área geográfica específica identificada como “rural”, aqui definida simplesmente como um espaço geográfico “não urbano”.

<sup>5</sup> A metodologia do sistema de treinamento e visita (T&V) foi desenvolvida por Daniel Benor e James Q. Harrison, em 1977, por encomenda do Banco Mundial que o divulgou e financiou, principalmente na Ásia e na África. O método baseia-se na identificação dos atores dos subsistemas de difusão: pesquisa, assistência técnica e produtores, a organização dos elos para a comunicação, e a sistematização do fluxo de informações (DOMIT, et. all, 2007).

<sup>6</sup> A “modificação” no Sistema de T&V em Moçambique, consistiu no enfoque participativo através do envolvimento dos produtores na identificação e procura de soluções para os seus problemas, na relativa flexibilidade da agenda do extensionista e, na formação em serviços bem como na utilização de grupos de produtores (MUCAVELE, 2001).

<sup>7</sup> O termo “Machamba” refere-se a uma propriedade agrícola, seja ela, pequena, media ou grande.

<sup>8</sup> Em Moçambique, 91,3% das mulheres economicamente ativas dedicam-se à atividades agrícolas, silvicultura e pesca, comparativamente com 69,6% dos homens (MADER, 2002). Paradoxalmente, sua contribuição na economia do País não tem sido reconhecida à medida que não é protegida por políticas públicas específicas, tal como sugere a seguinte afirmação: as mulheres agricultoras são produtoras invisíveis e não têm direitos legais sobre a terra (...) são sempre excluídas, não recebem crédito, instrumentos agrícolas modernos, não são selecionadas para cursos e sofrem a discriminação sexual dos Serviços de Extensão Agrícola (...) estão sempre confinadas às culturas alimentares, enquanto os homens, aqueles que conseguem, monopolizam novos e modernos métodos agrícolas (CASIMIRO, 1998).

<sup>9</sup> Em Moçambique a esperança de vida ao nascer para as mulheres é de 49 anos e de 45,5 para os homens (INE, 2007).

<sup>10</sup> Em Moçambique a terra conforme a constituição da república de 1979, é propriedade do Estado e não pode “ser vendida ou por qualquer forma alienada, nem arrendada, hipotecada ou penhorada, sendo que para o seu uso seja necessário a atribuição do DUAT (Artigo 1, Lei de Terras 19/79 de 01 de Outubro). Apesar disso, os pequenos agricultores não são obrigados a ter o DUAT, desde que a terra seja ocupada com base em sistemas de direitos costumeiros de posse da terra. A Lei de Terras atribui poderes às comunidades e autoridades locais para participarem na delimitação das suas áreas de exploração e o reconhecimento oficial destas

## Referências

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em Extensão Rural: Um Manual de Metodologias**. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

SWANSON, Burton E. **Extension Strategies for Poverty Alleviation** – Lessons from China and India. *The Journal of Agricultural Education and Extension*, Volume 12, Issue 4,

**A extensão agrícola pública e o apoio ao desenvolvimento da pequena agricultura familiar do distrito de Boane-Moçambique**

**Boaventura Almeida Mubai  
Maria das Graças de Lima**

Dec. 2006, pages 285-299. Disponível em: <<http://www.informaworld.com/smpp/section?content=a763059855&fulltext=713240928>>. Acesso em 31/12/2007.

GHIZELINI, A. M. O Assessoramento técnico-organizativo como base para a organização social e política na agricultura familiar. In: BRANDENBURG, A. Org. **Ruralidades e Questões Ambientais: Estudo Sobre Estratégias, Projetos e Políticas**. Brasília: MDA, 2007.

ANTHOLT, C. Agricultural Extension in the Twenty-first Century. In: CARL, Eicher; John, Staatz (Ed.). **International Agricultural Development**. 3.ed. Baltimore: Johns Hopkins, University Press, 1998. p. 354-369.

EICHER, C. K. **Agricultural extension in Africa and Asia**. 2007. Acesso em: 21/12/2013. Disponível em:<<http://worldaginfo.org/drupal/files/Agricultural%20Extension%20in%20Africa%20and%20Asia2.pdf>>.

GEMO, Hélder. Extensão Rural Em Moçambique: Evolução, Desafios e Perspectivas (1975-2006). In ALMEIDA, J. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: Percepções e Perspectiva no Brasil e em Moçambique**. Porto Alegre, PGDR/UFRGS, 2009, 267p.

GODTLAND, E. Org. **The impact of farmer-field-schools on knowledge and productivity: a study of potato farmers in the Peruvian**. Andes, 2003. Acesso em 11/01/2014. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/8hp835xx>

MOÇAMBIQUE - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (MINAG). **Extension Master Plan 2007-2016. Final Draft**. Maputo: MINAG, out. 2006.

FEDER, G.; MURGAI, R.; QUIZON, J.B. **Sending farmers back to school: The impact of farmer field school in Indonesia**. (Policy Research Working Paper 3022), Washington DC: The World Bank Development Research Group, 2003.

DAVIS, K. **Farmer Field School: A Boon or Bust for Extension in Africa?** Addis Ababa, Ethiopia: International Food Policy Research Institute. Journal of International Agricultural and Extension Education, Volume 13, Number 1. 2006. Acesso em: 11/01/2014. Disponível em: <https://www.aiaee.org/attachments/article/151/Davis%202013.1-9.pdf>

MUCAVELE, C. **Serviços Públicos de Extensão de Moçambique**. Maputo: Direção Nacional de Extensão Rural – MADER, Maputo. 1987-2002: 15 anos.



---

DOMIT, L. A. **Manual de Implantação do Treino e Visita (T&V)**. Londrina. Embrapa Soja, 2007. Acesso em 14/01/2014. Disponível em:  
<http://www.cnpsa.embrapa.br/download/doc288.pdf>

CASIMIRO, I. M. Mulheres: Marginalizadas e Invisíveis. In: **Estigmatizar e Desqualificar; casos, análises, encontros**. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

MARANGONI, A. M. M. C. Questionários e entrevistas – algumas considerações. In **Praticando Geografia – técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de textos, 2005.

REA, Louis M & PARKER Richard A. **Metodologia de Pesquisa: do Planejamento a execução**. 2001. Acesso em: 11/01/2014. Disponível em:  
<http://books.google.com.br/books?id=OdyvUxpmYEUC&pg=PP8&lpg=PP8&dq=REA,+Louis+M+%26+PARKER+Richard+A&source=bl&ots=SmRwePOFKb&sig=GMJcWpZUmYlcxFX4g49Hb5bJxCk&hl=ptPT&sa=X&ei=dnHtUZO2EoPQ9ATN3ICIBA&ved=0CCsQ6AEwAA#v=onepage&q=REA%2C%20Louis%20M%20%26%20PARKER%20Richard%20A&f=false>

VALÁ, SALIM. **Associativismo agrícola e desenvolvimento local no Chokwe (1975-2000)**. Maputo: UEM, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, 2002.

MOSCA, JOÃO. **Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)**. Lisboa: Livraria Escola Editora, 2011.

SITÔE, T. A. **Diversificação produtiva e de atividades de geração de renda: uma análise da produção hortícola no cinturão verde da cidade de maputo- Região Sul de Moçambique**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2010.

BOUGHTON, D; MATHER, D; TSCHIRLEY, D; WALKER, T; CUNGUARA, B; PAYONGAYONG, E. **Mudanças nos padrões dos rendimentos de agregados familiares rurais em Moçambique de 1996 a 2002 e suas implicações para a contribuição da agricultura para a redução da pobreza**. Maputo: Relatório de Pesquisa N° 61P, 2006.

AMILAI, C. M. **Evolução e diferenciação de sistemas agrários: situação e perspectivas para a agricultura e agricultores no perímetro irrigado de Chókwe/Moçambique**.

**A extensão agrícola pública e o apoio ao desenvolvimento da pequena agricultura familiar do distrito de Boane-Moçambique**

**Boaventura Almeida Mubai  
Maria das Graças de Lima**

---

2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

THORNTON, R. D. **Los 90 y el nuevo siglo em los sistemas de Extensión Rural y transferencia de tecnología públicos em el Mercosur.** Buenos Aires: Ediciones INTA, 2006. Disponível em: <http://www.cabdirect.org/abstracts/20063112662html;jsessionid=FB04BD5B9E4A665E466C58E4A7C3306?freeview=true>: Acesso em 11/10/2013.

NOTÍCIAS. **Governo moçambicano surpreso com Banco Mundial por considerar agricultura "origem de grande parte da pobreza"**. Disponível: <http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/15121389.html>. 10 de Outubro de 2012.

Recebido em 14/02/2014. Aceito para publicação em 30/05/2014.
--